

OCUPAR E RESISTIR: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM PERNAMBUCO

Robson José de Oliveira Brito

Universidade Federal de Pernambuco

robsonbrito.acad@yahoo.com

Resumo: Este artigo tem como objeto de análise a educação popular presente nos movimentos estudantis na luta contra a PEC 55. Ele foi desenvolvido com o objetivo de apontar quais temas estiveram presentes nos espaços educativos de ocupações universitárias no enfrentamento a PEC 55 e compreender as relações entre Educação Popular e Movimento Estudantil. Sendo um trabalho atrelado com a perspectiva qualitativa, optamos por ferramentas metodológicas de observação direta, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais. Estas opções se devem a nossa preocupação em dar atenção a própria fala dos sujeitos investigados, que ficou determinado que seriam estudantes de cursos aleatórios ocupantes do Campus Recife e do Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, da Universidade Federal de Pernambuco. Esta escolha se justifica por que eles já possuem um histórico de luta e de resistência política. No que se refere ao estudo dos fatos, ele permitiu fazer um levantamento dos seguintes resultados: entre os temas da educação popular enquanto educação que se faz em espaços não formais pode-se destacar a educação do campo, os estudos étnico/raciais, os estudos de gênero, sexualidade e educação, os estudos feministas; quanto a relação entre educação popular e movimento estudantil pode-se destacar que ela se dá através da prática cotidiana de formação política, de valorização do conhecimento das classes populares e através do empoderamento e subjetividades dos sujeitos. Assim sendo, concluímos que a luta contra o retrocesso na educação foi capaz de despertar um movimento pedagógico de formação política e de empoderamento de sujeitos marginalizados pela sociedade, e a isto se deve a união entre educação popular e movimentos estudantis.

Palavras-chave: Educação Popular, Ocupação, Movimento Estudantil.

INTRODUÇÃO

A relação entre movimentos sociais e educação popular está cada vez mais evidente, tendo em vista que os espaços não-formais de educação são capazes de fazer discussões relevantes sobre diversos temas, que de certa forma, são ausentes no currículo escolar. Diante disto, as experiências de luta do século XXI dos movimentos sociais, particularmente do movimento estudantil, mostram que tais problematizações são reverberadas pelos próprios sujeitos. E eles, que se autodenominam envolvidos intimamente com esta educação popular, lutam porque se preocupam com os rumos da educação do país.

Então, para ampliar a discussão no meio acadêmico e produzir argumentos mais significativos possíveis, nós buscamos autores que se aproximam

da temática. Neste caso, dialogamos com Brandão (2006), Freire (1987 e 2000), Gohn (2005), Hurtado (1993), Lage (2013) e Mejía (2003), entre outras fontes/autores.

Conseqüentemente, nota-se que os diversos temas trazidos nos espaços não formais tais como a educação do campo, estudos étnico/raciais, estudos de gênero, sexualidade e educação, estudos feministas, entre outros, demonstram o quão diverso é a Educação Popular para a formação dos sujeitos. Portanto, nossa justificativa em estudar a Educação Popular nas ocupações está na importância de investigar como se dá essa formação em espaços não formais e qual sua relevância para a educação como um todo. Entendendo sobretudo que a afirmação de identidades individuais e coletivas são de extrema importância nesse processo formativo e na luta contra retrocessos, que no ano de 2016, atingiram amargamente a Educação Brasileira. Estudar as ocupações das escolas e universidades, para além de entender atos de militância, é estudar como esses espaços de educação popular provocam reflexões profundas sobre o ato de fazer Educação.

Em face do exposto, o presente artigo tem como objetivo principal apontar quais temas estiveram presentes nos espaços educativos de ocupações universitárias no enfrentamento a PEC 55 e compreender as relações entre Educação Popular e Movimento Estudantil.

METODOLOGIA

O exercício de pesquisa que originou este trabalho está atrelado com a perspectiva qualitativa. No entendimento de Minayo et. al. a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO ET AL, 2001, p. 21 e p. 22).

Este estudo foi do tipo exploratório e explicativo. Exploratório, porque foi realizado sobre movimentos sociais e educação com o objetivo de compreender os diferentes aspectos desse tema em lutas estudantis. Foi também explicativo, pois teve a preocupação de identificar fatores que contribuíram para a ocorrência de fenômenos que afetaram, de forma positiva ou negativa, os processos de luta e resistência dos movimentos sociais estudados e as possibilidades de transformação social a partir de suas ações e de seus processos pedagógicos.

O método utilizado na pesquisa foi o fenomenológico. Ludwig compreende que a fenomenologia “diz respeito a tudo aquilo que se mostra, que

aparece, que se manifesta para a consciência. A captação do sentido é feita segundo a perspectiva individual” (LUDWING, 2014, p. 217). O motivo pelo qual optamos por este método é que ele nos permite, de acordo com as ideias de Ludwing, uma aproximação subjetiva com o objeto de estudo, e sendo assim, pode trazer observações mais profundas e realísticas sobre ele.

Em consonância disto, nós investigamos os movimentos sociais estudantis durante o processo de ocupação das Universidades em 2016 no estado de Pernambuco. A escolha do tema se deu pelo fato de que as ocupações protestaram contra os retrocessos nas políticas públicas educacionais. Além de servirem como inspirações de resistência para o povo, bem como espaços enriquecedores da Educação Popular. O levantamento de dados empíricos se deu no decorrer destas ações na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nos Campus Recife e no Centro Acadêmico do Agreste, em um período de aproximadamente um mês por que estes centros já possuem um histórico de luta e de resistência política. Nossas fontes de informação foram os (as) estudantes dos dois centros que participaram do movimento, tomando-se o cuidado de escolher pessoas para observação, entrevista e conversas informais aleatoriamente, ou seja, sem privilegiar estudantes de determinados cursos e outros não. Inclusive, este texto é parte integrante do trabalho final da disciplina Fundamentos e Processos da Educação Popular do curso de Pedagogia, UFPE/CAA.

Por conseguinte, as técnicas de coleta de dados foram a observação direta, entrevistas semi-estruturadas e as conversas informais (BAUER e GASKELL, 2008). Quanto a análise, Lakatos e Marconi dizem que “o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 168).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico propomos uma discussão de maneira que seja possível argumentarmos a relação entre Educação Popular e Movimento Estudantil, ao passo em que correlacionamos isso com o campo de estudo. Desta forma, fazemos esse exercício de reflexão teórica através de um percurso metodológico claro e didático, que ao final, é conectado com os resultados.

Assim, no que se refere à Educação Popular, Hurtado

(1993) diz que ela é um processo contínuo comprometido com a classe popular e seus movimentos populares. Nela existe uma união das massas que buscam projetar uma sociedade voltada para os interesses das camadas populares. Além disso o papel da educação popular é refletir sobre a prática, como Hurtado afirma “é a teoria a partir da prática e não a teoria ‘sobre’ a prática” (HURTADO, 1993, p. 44 e p. 45).

De maneira parecida, Brandão (2006) fala que Educação Popular é uma concepção ligada aos saberes das classes populares e abrange a dimensão política, processos de emancipação do ser, valorização de saberes, luta por direitos, compreensão do contexto social, político e econômico, projeto coletivo e participativo. Ainda segundo o mesmo autor “um modelo de educação ‘com o povo’ pode ser um movimento emergente e contestador” (BRANDÃO, 2006, p. 96). Desta forma, segundo Brandão, podem existir e coexistir vários modelos que se mostram como ideias.

A primeira ideia diz que a Educação Popular às classes populares tem a possibilidade de variação em um campo político de relações educativas. Portanto, a depender das relações vivenciadas existe a probabilidade de que a Educação Popular se altere. Uma outra ideia levantada pelo autor está no fato de que:

A regra é a coexistência de modelos tradicionais, hegemônicos e emergentes. Portanto o Educador Popular trabalha com um campo dinamizado, que através das suas relações sociais e simbólicas, estabelece influência direta sobre sua vida pessoal. (BRANDÃO, 2006, p. 97)

Nesta ideia vemos que é possível a existência simultânea de diferentes modelos educativos com diferentes intenções e quanto ao(à) educador(a), ele(a) está imerso(a) nesses meios de aprendizagem sofrendo influência deles e por eles sendo alterado na vida pessoal.

Segundo Brandão o trabalho pedagógico das camadas populares é determinado por fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Juntamente com a participação do povo, esse trabalho converte o trabalho social da comunidade em movimento orgânico de dimensão política. Ele também afirma que a Educação Popular é um movimento pedagógico. A educação em si é uma forma de poder e aspira ser uma presença militante. Um aspecto importante também apontado, é que a educação popular é “sempre e irrevogavelmente uma pedagogia do outro” (BRANDÃO, 2006, p. 101).

Ampliando esta discussão, Gohn (2005) expõe que no que tange a Educação Popular ela se mostra como “ação pedagógica conscientizadora, que deveria atuar sobre o nível cultural das camadas populares, em termos explícitos dos interesses delas” (GOHN, 2005, p. 48).

Dialogando com essas ideias, o pensamento de Paulo Freire (1987) sobre Educação, que critica o modelo batizado por ele de “Educação Bancária”, nos faz lembrar que a práxis manifestada em ação/reflexão/ação ganha força nesse enunciado. O que isso quer dizer? Na Educação Popular, a humanidade necessita de um tema gerador, algo que faça sentido para si mesmo e que tenha relação com sua realidade. Nesta direção, segundo Paulo Freire, dá-se a prática libertadora capaz de fazer a transformação dos oprimidos e o desenvolvimento de uma conscientização emancipatória.

No que diz respeito a concepção de Movimento Social, Brym et. al. (2006) diz que os movimentos sociais são organizações de sujeitos que mobilizam-se para direcionar recursos e benefícios políticos com o objetivo de evitar o controle social por parte do governo. Além disso, o autor destaca o papel dos novos movimentos sociais do século XXI, nos quais há uma ligação muito grande com a escolaridade das pessoas e os meios de convívio, sobretudo nas universidades. Neste sentido, o autor nos fala que:

Os novos movimentos sociais também são novos no sentido de que atraem um grande contingente de pessoas com elevado grau de escolaridade e aqueles que se destacam nas áreas social, educacional e estudantes dessas áreas. Por diversas razões, pessoas ligadas a essas áreas estão mais propensas a participar dos novos movimentos sociais do que pessoas ligadas a outras. Seu alto grau de escolaridade as expõe a ideias radicais e torna essas ideias atraentes. (BRYM ET. AL. 2006, p. 522)

Trazendo essas questões para o Movimento Estudantil, de acordo com um artigo contínuo publicado pela revista “Educar em Revista” em janeiro de 1993 no volume 9, intitulado “Movimento Estudantil: Educação e Militância” o conceito de Movimento Estudantil pode ser resumido da seguinte forma:

(...)espaço de militância acadêmica, que não se sustenta por si só, na medida em que precisa estar iluminada por princípios, referências adquiridas nas leituras e fundamentalmente no espaço de sala de aula (por ser esse o fórum de sistematização do conhecimento elaborado) e que expressa os desejos, as problemáticas que atingem o segmento estudantil, o qual se encontra somado aos movimentos sociais organizados em busca de uma vida mais justa.

Vemos desta forma que o Movimento Estudantil se baseia também na sala de aula e nas leituras que os estudantes fazem, que na interação com o outro, aprofundam os seus conhecimentos. Lage (2013), compreende que o movimento social é dinâmico e proporciona experiências importantes ao se consolidar “como um processo educativo que traz intrínseco a concepção do aprender político, que restitui a humanização perdida pela ausência de dignidade, de direitos e de cidadania” (LAGE, 2013, p. 30). Recorrendo mais uma vez à autora, a mesma fala que:

(...) a educação dentro dos movimentos sociais renova no sujeito o desejo de estudar por diversas razões, tais como o sonho da conquista de direitos, a descoberta de novas subjetividades, a perspectiva da apropriação do saber como aspecto importante instrumento de capacitação para a luta política, a realização pessoal, entre outros. A própria angústia existencial do ser inconformado, buscando sempre novas respostas para os seus problemas, na procura do reconhecimento das discriminações sociais, étnicas, de gênero e de tantas outras, impulsionam o desejo de mudar essas relações excludentes e a alienação com relação aos processos políticos e da participação social. (LAGE, 2013, p. 30).

Concordando com esse pensamento, acreditamos que os sujeitos por muitas vezes participam do movimento por razões pessoais, nas quais é possível perceber o empoderamento deles e a ocupação de espaços e lugares historicamente negados a eles.

Com outro olhar, Gohn (2005) discorre sobre o caráter educativo nas experiências dos movimentos sociais tecendo a educação como autônoma e fazendo uma explanação diversificada sobre o assunto. Ela afirma que os processos educativos surgem:

1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder. 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe. 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da participação das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas. 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento. 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas. (GOHN, 2005, p. 51).

Gohn, desta forma, traz para debate questões mais burocráticas do dia a dia de um movimento social, que, para o interesse da classe estudantil podemos pensar sobre a relação de poder entre estudantes, professores, escolas/universidade e o Estado; e de como se dá a formação política dos estudantes nesses espaços da Educação Popular.

Em contrapartida ao pensamento educativo de todos os autores citados, hoje o que vemos é um completo retrocesso no desenvolvimento da educação brasileira. Segundo Helena Nader, atual presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) em crítica a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241 – que congela as despesas federais para os próximos 20 anos – a qual ela afirma que a aprovação do novo regime fiscal, na Câmara, representa um retrocesso para o País. Ela avalia ainda que a medida prejudica a educação e o desenvolvimento do País (MONTEIRO, 2016).

Até mesmo o Conselho Federal de Economia (COFECON), entidade representativa dos 230 mil economistas brasileiros, posicionou-se contra a PEC 241, defendendo a preservação da inclusão social e a distribuição social e espacial de renda. Isto demonstra um ato de reconhecimento dessas ações para o desenvolvimento socioeconômico e educacional brasileiro.

Portanto é imprescindível uma transformação social, aliada a Educação Popular e aos movimentos sociais. Por essa ótica, Mejía (2003) no livro “A transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século” afirma que o que se vê no mundo contemporâneo é uma reorganização capitalista, onde o meio social se torna um âmbito totalmente dominado, alterando as formas com que se organiza o trabalho e também as relações sociais. Ao concordar com a existência de desigualdades sociais, permite-se que o capitalismo possa se fixar na sociedade e, enquanto isso, o estado se beneficia assumindo características mais autoritárias, além de favorecer uma classe e desfavorecendo outras.

Apesar das novas realidades o autor afirma que a sociedade ainda se prende a velhas teorias e velhas instituições. Somando isto a todos os elementos desencadeadores da mudança de pensamento e posicionamento dos pensadores críticos, foram aos poucos produzindo o apagamento das possibilidades de uma teoria crítica e de uma prática transformadora como agentes modificadores da realidade.

Há uma crise nas formas de organização na sociedade, que segundo Mejía, se espalhou também para os movimentos sociais e para a Educação Popular, que ficaram presos em sua origem. Uma das grandes lições em direção ao futuro seria o aparecimento de uma cidadania equitativa e coletiva como principal fator de mudança e mobilizador para os interesses distanciados do molde liberal. Entendendo, deste modo, a educação como um movimento cultural que permite construir a ideia de cidadania no interior da prática social.

Mejía diz que é necessário repensar o significado da transformação social e reconstruí-la junto a pedagogia transformadora, a partir dos parâmetros sociais e culturais que orientam as novas e renovadoras configurações do atual modelo de sociedade. Sonhar com a transformação social é preciso, essa utopia é necessária para o desenvolvimento intelectual e a construção de uma revolução epistêmica. Acreditar neste sonho, nas palavras de Paulo Freire (2000) é um ato político.

O caso das ocupações na Universidade Federal de Pernambuco

Neste subtópico buscamos fazer um breve relato sobre como se deu o processo de ocupação nos dois locais estudados com o intuito de falar alguns temas pela ótica de uma educação que se deu em espaços não-formais, portanto, popular. Ressaltamos que desta maneira, damos voz e misturamos vozes para um grito único que reafirma a Educação Popular enquanto caminho para a construção de consciência política: Ocupar e Resistir!

No campo empírico, focamos principalmente nas falas dos

sujeitos durante as discussões, movimentos, debates, exposições e aulas não-formais. A primeira ocupação observada foi a ocupação do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco em Caruaru, que começou a ser ocupada no dia 27 de Outubro logo após realização de Assembleia Estudantil. Logo, impulsionadas/os pelas mobilizações nacionais contra a PEC 55 e também com pautas locais, os (as) alunas/os decidiram por ocupar.

Dentre as inúmeras oportunidades de observação, nos chamou bastante atenção o fato de como esse movimento estava muito bem articulado com diversos movimentos sociais e estudantis. Havia representatividades de várias linhas políticas partidárias, de indígenas, negras (os), dos movimentos feministas e LGBT.

Durante a nossa experiência, que se deu principalmente no período da noite, quando ocorriam as aulas públicas e palestras, nós conseguimos levantar alguns dados do que se pode chamar por Educação Popular. Os debates, as mesas redondas, palestras, oficinas, cine debate, aulas públicas, reuniões, etc; demonstraram conteúdos bastante interessantes.

Os principais temas desse currículo que se deu ao longo de 1 mês, foram: Universidade Popular; Construção do Poder Popular; Formação Política em Saúde; Formação Política em Educação; Percorso histórico da PEC 55; Arquitetura e Urbanismo Sociais; Escola Sem Partido; Mídia e criminalização do movimentos sociais; Estado policial e resistência do trabalhadores; O papel da juventude nos processos de mudança social; Movimento Estudantil; Desmonte da Seguridade Social; Ocupação como forma de resistência; Debate negro; Jogos, brinquedos e brincadeiras nos povos indígenas; Lute como uma menina; Pedagogia Intercultural: Educação escolar Indígena e Quilombola; Dança Contemporânea; A ocupação em torno de Marx; Educação das Relações Raciais; Malabares e seus brinquedos; Marginalização da pobreza; Marginalização das drogas; Educação do campo; Capoeira de angola; Intervenção das bruxas; Justiça de transição e o atual discurso midiático sobre Direitos Humanos no Brasil contemporâneo; Gênero e Educação; Discussões sobre temas LGBT's.

Percebemos com isso que nessas ocupações houveram espaços de luta, de formação política e de conhecimento dinâmico. Os temas demonstraram o que alguns autores citaos anteriormente apontaram, no sentido de fortalecimento e formação educativa de sujeitos oprimidos. Não se restringindo a apenas isso, também observamos que o teor educativo das ocupações é orgânico, ou seja, é um organismo vivo e participativo, que necessita do empoderamento de seus membros e de uma concepção de união.

Vimos muitos discursos que transitam de ideias individuais para ideias coletivas dos atores sociais e também o oposto ou simultaneamente.

Nestes espaços, a Educação Popular ganhou outros patamares, além de haver discussões muito amplas, como a escola sem partido. Existiram discussões calorosas principalmente sobre a PEC 55, que segundo os ocupantes, veda a criação de novas vagas para concurso público, novas contratações, novos cargos e que promete congelar a partir de 2017 novos investimentos na educação. A ocupação do CAA, apesar de participar de um movimento nacional, possuiu um caráter de reivindicação local também, pois reivindicou a solução de problemas de infraestrutura e de sucateamento, de segurança, de iluminação, entre outras necessidades. Uma coisa citada em alguns momentos de formação foi que uma medida provisória foi aprovada pelo atual Ministério da Educação no dia 20 de outubro de 2016, medida Nº 20, na qual foi autorizada a redução de vagas para os cursos superiores em graduação na universidade pública.

Nas ocupações do Campus da UFPE de Recife as discussões são muito próximas com as de Caruaru. Elas também aconteceram como uma forma de resistência. Existiam três prédios ocupados (CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas CE – Centro de Educação, CAC – Centro de Artes e Comunicação). Durante a semana a qual ficamos em Recife, permanecemos no prédio do Centro de Educação, mas pudemos presenciar várias atividades, dentre os três centros. Desde atividades culturais e protestos, a momentos de tensão, e um pouco da organização da ocupação do CCJ (Centro de Ciências Jurídicas). Haviam muitos docentes envolvidos, proporcionando aulas de música, capoeira, dança, teatro, cultos religiosos, e uma infinidade de coisas que não caberiam citar aqui. Outra coisa que foi notada em campo foi a disputa política. Dentro da ocupação do CE existiam anarquistas, extrema-esquerda, esquerdistas, etc. Alguns eram ligados a partidos e juventudes políticas e outros não.

Mas no meio dessa disputa política o que mais chama a atenção é que sob o ponto de vista da Educação Popular as ocupações demonstraram ser uma arma de resistência das camadas populares da sociedade. Apesar do forte discurso democrático posto nas ocupações durante suas reuniões e assembleias, segundo alguns participantes do movimento, o que se viu foi uma velha maneira de fazer política, tendendo para o individualismo das lutas, onde a burocracia predomina e no final existe pouca capacidade de se tomar decisões. Segundo os ocupantes, um ganho para a esquerda foi as novas formas de se fazer educação, pois mesmo com esse forte teor de disputa política, ainda assim, foi possível

notar que as diversas formações ajudaram os estudantes a aprenderem mais sobre temas muito pouco explorados, como por exemplo os conceitos de economia ou ligados as suas próprias subjetividades.

Ao analisar as formações propostas nesses espaços, percebemos que a maioria dos sujeitos de fala são jovens, oriundos de um período histórico e de uma sociedade que difama as lutas e conquistas das mesmas, com o pensamento de que elas não passam de bagunça e desordem. Estes processos enraizados na consciência coletiva são o resultado de longos anos de opressões e explorações, que transparecem como aspectos pessoais do indivíduo. Mas, durante os espaços formativos, estes mesmos jovens foram os que protagonizaram a organização de um currículo que atendesse aos interesses da Educação Popular.

No entanto, segundo os estudantes, vale salientar que ao esquecermos a história de lutas da classe trabalhadora e o acúmulo teórico que nasceu delas, nós, com esta ausência formativa, aprendemos a ser sujeitos não-pensantes. E mesmo com a forte presença de conteúdos por assim dizer, do povo, nos espaços das ocupações, os debates por exemplo dos movimentos negro, feminista e LGBT, por vezes, foram conduzidos nessa mesma lógica, individual. O que dividia setores que são igualmente oprimidos e que, na realidade, encontram na luta coletiva a única saída para superar a violência que os atingem.

CONCLUSÕES

Retomando os objetivos deste artigo que provocaram esta investigação, destacamos que os temas dos momentos de formação nas ocupações da UFPE possuem um caráter de luta, de análise da conjuntura política e do despertar de temas relevantes para o povo. Além do mais o modo com que eles foram trabalhados, a organização e as relações sociais estabelecidas entre os próprios ocupantes confirmaram, no que tange a relação entre Educação Popular e Movimento Estudantil, a importância da discussão e o seu fortalecimento na atualidade.

Outro ponto de vista que podemos destacar é que esses grupos enfrentaram ações reacionárias para a academia e também para a atuação como profissionais que irão contribuir com a sociedade, principalmente na figura de professores. Foi notória essa busca pelo respeito às condições e saberes da Educação e para o entendimento de caminhos emancipatórios das comunidades populares.

Sendo assim, compreendemos que a luta contra o retrocesso na educação foi capaz de despertar um movimento pedagógico de formação política e de empoderamento de sujeitos marginalizados pela sociedade. Cabe, portanto, sermos ainda mais conscientes e organizados em nossas ações, buscando o fomento de debates para o conjunto dos jovens estudantes e dos trabalhadores da educação. Logo, a Educação Popular atuou nas ocupações de uma maneira muito forte e vinculada a temas variados, que, em sua maioria são ligados às chamadas “minorias de esquerda” mas que mostraram as suas contribuições para a formação dos sujeitos de modo geral.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRYM, Robert J. et al. **Sociologia: uma bússola para um novo mundo**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CENTRO ACADÊMICO ANÍSIO TEIXEIRA – UFPR. **Movimento Estudantil: Educação e Militância**. Artigo contínuo publicado pela revista “Educar em Revista” em janeiro de 1993 no volume 9, doi: 10.1590/0104-4060.119. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601993000100022> acesso em: 13 de janeiro de 2017.

COFECON. **COFECON diz não à PEC 241**, 2016. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3382:cofecon-diz-nao-a-pec-241&catid=206:notas-oficiais&Itemid=840> Acesso em: 13 de jan. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOHN, Maria da G. M. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

HURTADO, Carlos N. **Educar para transformar, transformar para educar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LAGE, Allene C. **Educação e Movimentos Sociais: Caminhos para uma Pedagogia de Luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LUDWING, Antônio C. W. **Métodos de Pesquisa em Educação**. *Revista Temas em Educação* (23), João Pessoa-PB, Programa de Pós-graduação em Educação/UFPB, n.2, jul.-dez. 2014, p. 204-233.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEJÍA, Marco R. **A transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século**. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Viviane. **Jornal Ciência**, 2016. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=5553>> Acesso em: 13 de jan. 2017.